



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 643/89

Estima a Receita e Fixa a Despesa do
Município de Lajinha, Para o Exercício
Financeiro de 1990.

O povo do município de Lajinha, através de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Lajinha, para o exercício financeiro de 1990, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita em NCz\$ 30.000.000,00(trinta milhões de cruzados novos), e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas na forma da legislação em vigor, observado o seguinte desdobramento.

1.0 - Receitas Correntes

1.1. -	Receita Tributária	NCz\$ 400.000,00
1.3. -	Receita Patrimonial	NCz\$ 19.000,00
1.5. -	Receita Industrial	NCz\$ 4.000,00
1.6. -	Receita de Serviços	NCz\$ 12.000,00
1.7. -	Transferências Correntes	NCz\$ 22.813.000,00
1.9. -	Outras Receitas Correntes	<u>NCz\$ 99.000,00</u>
		NCz\$ 23.347.000,00

2.0 - Receitas de Capital

2.1. -	Operações de Crédito	NCz\$ 843.000,00
2.2. -	Alienação de Bens	NCz\$ 35.000,00
2.4. -	Transferências de Capital	NCz\$ 5.774.000,00
2.5. -	Outras Receitas de Capital	<u>NCz\$ 1.000,00</u>
		NCz\$ 6.653.000,00
	Total da Receita Estimada	NCz\$ 30.000.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo, com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuída por órgãos da administração, e conforme o seguinte desdobramento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Despesa por Órgãos:

01 – Gabinete e Secretaria da Câmara Municipal	NCz\$ 424.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	NCz\$ 2.727.200,00
03 – Secretaria Geral da prefeitura	NCz\$ 326.000,00
04 – Serviço de Finanças	NCz\$ 2.133.800,00
05 – Serviço de Educação e Cultura	NCz\$ 7.308.000,00
06 – Serviço de Saúde e Assistência Social	NCz\$ 2.479.000,00
07 – Serviços Urbanos	NCz\$ 6.712.000,00
08 – Serviço de Obras Públicas	NCz\$ 1.455.000,00
09 – Serviço Municipal de Estradas de Rodagem	NCz\$ <u>6.435.000,00</u>
T O T A L	NCz\$ 30.000.000,00

Despesa por Funções Programáticas:

01 – Legislativa	NCz\$ 424.000,00
02 – Judiciária	NCz\$ 110.000,00
03 – Administração e Planejamento	NCz\$ 3.174.800,00
04 – Agricultura	NCz\$ 324.000,00
05 – Comunicações	NCz\$ 229.000,00
06 – Defesa Nacional e Segurança Pública	NCz\$ 38.200,00
07 – Desenvolvimento Regional	NCz\$ 100.000,00
08 – Educação e Cultura	NCz\$ 7.308.000,00
09 – Energia e Recursos Minerais	NCz\$ 100.000,00
10 – Habitação e Urbanismo	NCz\$ 6.088.000,00
11 – Indústria, Comércio e Serviços	NCz\$ 700.000,00
13 – Saúde e Saneamento	NCz\$ 3.216.000,00
15 – Assistência e Previdência	NCz\$ 1.678.000,00
16 – Transporte	NCz\$ <u>6.510.000,00</u>
T O T A L	NCz\$ 30.000.000,00

Despesa por Categoria Econômica

3.0 – Despesas Correntes

3.1 – Despesas de Custeio	NCz\$ 14.286.000,00
3.2 – Transferências Correntes	NCz\$ <u>2.370.000,00</u>
	NCz\$ 16.656.000,00

4.0 – Despesas de Capital



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

4.1 – Investimentos	NCz\$ 12.609.000,00
4.2 – Inversões Financeiras	NCz\$ 500.000,00
4.3 – Transferências de Capital	NCz\$ <u>235.000,00</u>
	NCz\$ 13.344.000,00
T O T A L	NCz\$ 30.000.000,00

Art. 4º - A aplicação dos recursos discriminados no Art. 3º, far-se-á de acordo com a programação estabelecida para as Unidades Orçamentárias, aprovada nos anexos componentes da presente lei.

Art. 5º - Durante a execução orçamentária, fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 80%(oitenta por cento) da despesa fixada nesta lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, podendo portanto:

anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64

utilizar o excesso de arrecadação apurado na forma do parágrafo 3º. Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64

utilizar o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do parágrafo 2º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64

Art. 6º - Fica o Executivo autorizado a realizar operações de crédito até o limite das despesas de capital, conforme o previsto no inciso III, do artigo 167 da Constituição Federal, bem como, dentro das normas em vigor.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor a partir de 01 de janeiro de 1990.

Prefeitura Municipal de Lajinha-MG., 17 de novembro de 1989.

Gerson Araújo da Fonseca
Prefeito Municipal